

"A indústria portuguesa no espaço europeu" in Cadernos de Economia (Junho 1990)

Source: Cadernos de Economia. Revista de Análise. dir. de publ. Morgado, Manuela. Abril/Junho de 1990, n° 11; Ano III. Lisboa: Promeios.

Copyright: (c) Cadernos de Economia

URL: [http://www.cvce.eu/obj/"a_industria_portuguesa_no_espaco_europeu"_in_cadernos_de_economia_junho_1990-pt-cbfc5a99-4db8-48f1-ac47-4139799c1096.html](http://www.cvce.eu/obj/)

Publication date: 18/09/2012

Horizonte 2000

A indústria portuguesa no espaço europeu

Luís Mira Amaral

Engenheiro. Ministro da Indústria e Energia

I — O novo modelo de desenvolvimento industrial

Vivemos uma época fascinante. A mutação tecnológica, a construção europeia, a falência clamorosa do modelo comunista e a marcha inexorável dos países do Leste europeu para a democracia política e para formas de organização mais próximas da economia de mercado, o reencontro de Portugal com África ultrapassados os traumas da descolonização, eis fenómenos relevantes para nós portugueses.

Depois da crise mundial das indústrias dos anos setenta, está a surgir um novo modelo de desenvolvimento à escala mundial que vai naturalmente atribuir aos países menos desenvolvidos ou de desenvolvimento intermédio as produções que nos anos setenta estavam reservados aos países mais desenvolvidos. Estes evoluem para modelos de desenvolvimento assentes no paradigma tecnológico da 3ª revolução industrial.

No actual mercado mundial das indústrias existe um desajustamento entre a economia de produtos primários e a economia industrial. Tal é devido ao facto de as matérias-primas terem cada vez menos importância relativa no comércio internacional por via dum processo natural ligado ao maior grau de transformação dessas matérias-primas nos países produtores. Este processo faz surgir nos países em desenvolvimento os Novos Países Industrializados (NPI's) que se tornaram rapidamente grandes fornecedores mundiais de produtos tradicionais como os têxteis e vestuário, calçado, aço, barcos e mais recentemente a electrónica de consumo. Nos países mais desenvolvidos concentra-se a produção dos artigos de alta qualidade desses sectores atrás referidos e expandem-se os sectores de maior exigência científica e tecnológica, a indústria aeroespacial arrastando o desenvolvimento das tecnologias dos materiais, a electrónica e as tecnologias de informação, a instrumentação, a biotecnologia e certos segmentos da química.

Os serviços, sobretudo os ligados a novas formas de organização da produção e do comércio, ocuparão neste novo modelo uma posição relevante.

Este novo modelo de desenvolvimento industrial em curso a nível mundial apresenta as seguintes características:

- redução do conteúdo energético por unidade produzida, devido aos esforços de conservação e diversificação energética;
- redução do conteúdo de bens primários por unidade produzida, devido à reciclagem dos materiais e à substituição por bens sintéticos;
- redução do conteúdo em trabalho por unidade de produção em virtude da racionalização da actividade produtiva, de exigências de mão-de-obra mais qualificada e de novas formas de organização do trabalho;
- aumento do conteúdo de serviços por unidade de produção em consequência da automatização da actividade produtiva e da criação de novos serviços de apoio a essa actividade (consultoria, informática, manutenção industrial, auditoria tecnológica, etc.).

II — Portugal no espaço económico europeu

Portugal, pequena economia aberta em fase de integração plena nas Comunidades Europeias, está sujeito a um triplo choque — extinção do período transitório, aceleração da unificação europeia, aumento da concorrência nos mercados por via da abertura aos países de Leste europeu. Por outras palavras, Portugal começou a sua integração europeia numa perspectiva da CEE sem Mercado Único Europeu e vai fazê-la num quadro do chamado Espaço Económico Europeu formado pela CEE com a sua União Económica e

Monetária, a EFTA que busca acordos com a CEE, e os países de Leste europeu em trânsito para uma economia de mercado e que se voltam para a CEE à procura de auxílio e do reforço de ligações comerciais e industriais. Neste quadro de profundas mudanças, a indústria portuguesa irá enfrentar vários desafios: por um lado, tem de se dotar — e o Governo está a fazê-lo com o apoio dos fundos comunitários — de infra-estruturas, tecnológicas e recursos humanos para suportar a concorrência quer dos países mais desenvolvidos, com padrões de produção repousando no novo paradigma tecnológico, quer dos países menos desenvolvidos que assentem a sua produção em mais baixos salários; por outro, tem de gerir as suas interdependências no espaço económico europeu assegurando simultaneamente a reestruturação do seu aparelho produtivo e a redução da sua situação periférica em relação ao centro europeu. Tal tem de ser feito no quadro das complexas negociações da União Económica e Monetária e da consequente política comercial de que as vertentes mais importantes para nós são o Uruguay Round, os arranjos comerciais com os países de Leste e os acordos de Lomé com os países ACP. É matéria em que o Governo tem estado profundamente empenhado na defesa dos interesses dos portugueses.

Portugal no quadro do Espaço Económico Europeu terá de ser uma zona dinâmica com crescimento forte e oportunidades de investimento, atraindo fluxos de capitais, de financiamentos e de investimento directo quer nacional quer estrangeiro.

Perante a ameaça de desvios de fluxos de investimentos estrangeiros para os países de Leste, a única resposta portuguesa possível e realista é a de aumentar na economia e na sociedade portuguesa as condições quer de atracção para os investimentos estrangeiros quer de fixação dos capitais nacionais.

III — Ameaças e oportunidades para a indústria portuguesa face à evolução do Leste europeu

Portugal está particularmente bem posicionado para compreender os problemas que se põem aos países de Leste. Só ao fim de 13 anos é que conseguimos estabilizar a nossa democracia, tendo sentido dificuldades na passagem dum regime autoritário, onde em todo o caso já havia empresas e empresários e uma experiência de abertura ao exterior da nossa economia, para uma democracia política e para uma verdadeira economia de mercado.

Os países de Leste vão tentar passar de regimes totalitários para democracias e de economias totalmente controladas pelo Estado e geridas por via administrativa para formas de organização mais próximas da economia de mercado, sem terem experiência empresarial nem empresários.

Sabendo nós o que nos custou a transição, compreendemos bem as dificuldades de toda a ordem que se vão pôr a esses países. Estamos, pois, de uma maneira geral com alguns anos de avanço em relação a esses países em termos de experiência empresarial e de vivência democrática.

Em todo o caso há que distinguir claramente a RDA, a Checoslováquia e a Hungria dos restantes países. A RDA e a Checoslováquia são países praticamente sem dívida externa e com estruturas industriais relativamente desenvolvidas no contexto do Leste europeu. A Hungria tem o «handicap» da dívida externa (13% das exportações são afectas ao serviço da dívida), mas é o mais avançado nas experiências de liberalização da economia. Estes três países constituirão casos à parte nas suas potencialidades de desenvolvimento. A URSS é a grande incógnita neste processo de evolução no Leste europeu.

Trata-se de países com um desenvolvimento industrial que pode vir a assemelhar-se ao nosso, designadamente nos sectores industriais tradicionais, como o têxtil, vestuário e calçado, e ainda na metalomecânica e indústrias alimentares. Neste sentido, podem nessas produções vir directamente a competir com as empresas portuguesas e colocar-nos ameaças aos nossos empregos nesses sectores — o que reforça a urgência da modernização desses sectores — mas por outro lado essas características podem vir a facilitar colaborações industriais através de «joint-ventures» e empreendimentos conjuntos nesses países.

Em termos ainda de oportunidades para as empresas portuguesas, trata-se de um mercado enorme — 350 milhões de pessoas — embora ainda com fraco poder aquisitivo mas extremamente carente de bens de consumo corrente acessíveis à capacidade industrial portuguesa. Trata-se de países extremamente carentes

de bens de consumo. A reconstrução e recuperação económica desses países passará por uma expansão de procura de bens de consumo corrente e duradouro, designadamente dos sectores industriais tradicionais como têxteis, vestuário e calçado, e ainda electrodomésticos e automóveis.

A nível da estrutura industrial haverá uma modernização do parque industrial com introdução crescente de tecnologias mais limpas em termos ambientais o que originará um mercado para os produtos de equipamentos de controlo ambiental para a indústria (estima-se que 42% das empresas industriais leste-alemãs teriam de fechar se lhes fossem impostos os padrões ambientais da CEE).

Em suma, essa recuperação económica nos países de Leste irá ser feita através dum mercado de desenvolvimento típico da segunda revolução industrial, semelhante aos que os países europeus mais desenvolvidos experimentaram nas décadas de 60 e 70 e que Portugal tem tido na década de 80 prolongado pelos anos 90.

Tudo isto originará uma expansão dos mercados à indústria europeia e poderá potenciar um maior crescimento económico da Europa. Na medida em que a economia portuguesa estiver crescentemente integrada na europeia e na medida em que as empresas portuguesas se interligarem com as europeias, o efeito expansão na economia europeia provocada pelos acontecimentos a Leste poderá ser extremamente positivo para nós, potenciando um maior crescimento económico do nosso país e maiores oportunidades para a indústria portuguesa.

A reconstrução no Leste e os consequentes efeitos positivos sobre a economia europeia serão, contudo, muito influenciados pela política económica alemã que for seguida, atendendo à influência que a Alemanha vai ter na ajuda a Leste e ao papel de locomotiva que a economia alemã desempenha na economia europeia.

Na política económica alemã, será determinante a política monetária executada pelo Banco central da RFA num momento em que já se discute a União Monetária entre as duas Alemanhas. É por isso que a política alemã e a maneira como se processar a União Monetária entre as duas Alemanhas será decisiva para o comportamento da economia europeia na sequência dos fenómenos em curso a Leste. A evolução no Leste Europeu vem pois fatalmente introduzir novos dados na construção europeia e na implementação da sua união económica e monetária.

Em suma, a nível industrial, o desafio que as economias de Leste nos colocam em termos dos nossos tradicionais sectores exportadores não é qualitativamente diferente da ameaça que sobre esses sectores pairava com a possibilidade de entrada nos mercados comunitários de produções de países em vias de desenvolvimento.

O Leste europeu reforça-nos apenas o nível de ameaça e a necessidade de acelerar a modernização das nossas estruturas industriais mas por outro lado abre possibilidades de mercados e de «joint-ventures» às nossas indústrias.

IV — Prioridades da política industrial portuguesa para os anos 90

O Governo português está, com o apoio do PEDIP e dos fundos estruturais, a implementar uma decidida política industrial orientadora e estruturante da indústria portuguesa assente nos seguintes vectores:

- modernização e diversificação da estrutura industrial com os respectivos apoios financeiros e de infra-estruturas;
- reforço das políticas de qualidade e «design» industrial, inovação e desenvolvimento tecnológico, ambiental e energética.

O Ministério da Indústria e Energia aponta as seguintes cinco áreas horizontais como prioridade da política industrial portuguesa na década de 90:

- tecnologia;
- qualidade;
- «design»;
- ambiente com introdução de tecnologias limpas na indústria;
- recursos humanos com formação de quadros altamente qualificados para a indústria.

Em termos sectoriais, teremos as seguintes quatro prioridades para esta década:

- modernização e reestruturação das indústrias tradicionais;
- valorização industrial dos recursos naturais portugueses;
- desenvolvimento das tecnologias de informação e de electrónica;
- desenvolvimento das indústrias de bens de equipamento.

V — Evolução sectorial da indústria portuguesa até ao ano 2010

Vejamos agora algo sobre essa evolução sectorial no quadro de evolução que se perspectiva para a economia europeia — CEE, EFTA e Leste Europeu.

Vamo-nos socorrer dos cenários traçados pelo Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Indústria e Energia «Indústria Portuguesa — Cenários 2010» e que reflectem as orientações da política industrial por mim definidas no Ministério e atrás referidas e a consequente estratégia de desenvolvimento industrial que estamos a implementar.

Evolução 1990-95 e 95-2000

O período até 1995 constituirá um marco decisivo para a modernização da nossa estrutura industrial a qual criará as bases para uma especialização produtiva mais dinâmica e mais ajustada ao quadro do Mercado Único Europeu. A partir daí e no período 1995-2000, o desenvolvimento industrial será bastante condicionado pelas acções desencadeadas anteriormente.

Há que notar que no início da década de 90, a exposição dos sectores industriais tornar-se-á mais uniforme em toda a Comunidade. Deste modo e perante a semelhança da nossa estrutura industrial com a dos países em desenvolvimento mais competitivos como os NPFs ou até com alguns países do Leste, os sectores industriais portugueses mais defendidos serão os que tiverem criado as condições de interligação e complementaridade com a estrutura industrial comunitária.

Para sectores tradicionais de exportação portuguesa como o têxtil, vestuário, calçado, certos segmentos da indústria alimentar e da fileira florestal, para além do aperfeiçoamento tecnológico e de qualidade, são vitais os vectores «marketing» e redes de comercialização.

Nos têxteis, vestuário e calçado haverá uma diversificação das exportações para mercados fora dos mercados europeus o que irá ajudar a algum crescimento em volume.

A análise aponta pois para uma subida da qualidade e um ritmo mais lento do seu crescimento em volume.

Por outro lado, esses mesmos sectores têxtil, vestuário e calçado, bem como designadamente as metalomecânicas, as indústrias alimentares, a madeira e mobiliário, deverão jogar neste período uma estratégia de deslocalização industrial para países fora da Europa, designadamente os países africanos de

expressão oficial portuguesa, aproveitando aí salários mais baratos que suportem tecnologias intermédias e menos sofisticadas. Por outras palavras, far-se-á aí um crescimento em volume, em complementaridade a uma evolução em qualidade em Portugal.

De registar, também, um certo número de indústrias que, por características próprias como as de subfileira da pasta de papel, as bebidas, as rochas ornamentais e outras indústrias extractivas, apresentam mais possibilidades de avançar sem sobressaltos...

Também a registar as indústrias alimentares e as químicas onde a inovação tecnológica, de processo e de novos produtos e a diversificação da estrutura produtiva se tornam determinantes para a sua evolução. Por último, «the last but not the least», o reforço da área dos bens de equipamento, das tecnologias de informação e dos serviços constituirá sem dúvida o grande vector de transformação estrutural da indústria portuguesa de acordo com as nossas orientações de política industrial.

Por isso em 1990 com o apoio do PEDIP estamos a implementar e dinamizar no Minsitério dois programas de grande interesse estratégico para a indústria portuguesa: O Programa Integrado de Tecnologias de Informação e Electrónica (PITIE) e o Programa de Desenvolvimento da Indústria de Bens de Equipamentos (PRODIBE).

De notar neste contexto o elevado crescimento das máquinas eléctricas e não eléctricas e do sector automóvel — indústrias de componentes e produção de veículos —, este potenciado pelo investimento estrangeiro em Portugal.

Evolução 2000-2010

Está subjacente a este cenário a tendências da economia portuguesa em crescer acima da média CEE, como aliás tem vindo a acontecer, e a perda de importância relativa dos sectores industriais tradicionais na estrutura produtiva nacional.

Haverá, pois, mudanças, embora a ritmo lento, na estrutura da indústria entre 2000 e 2010, correspondendo à ideia de que a indústria nacional terá capacidade para responder às solicitações do mercado em novas produções de maior qualidade e valor.

As indústrias alimentares, bebidas, tabacos, têxteis, vestuário, calçado, químicas de base, siderurgia e produtos metálicos perdem importância relativa a favor da electromecânica, da fileira florestal e da metalurgia dos não ferrosos.

O processo de crescimento aqui descrito não acarretará grande criação de emprego líquido na área industrial mas antes uma maior exigência de qualificação de mão-de-obra. Indirectamente, irá ter, contudo, reflexos muito positivos no desenvolvimento da actividade de serviços ligados à indústria e, deste modo, na criação de emprego de maior valia técnica.

Comparação 1987 — 2010

Estaremos então em 2010, quer se verifique o cenário A quer aconteça o cenário B, com uma estrutura industrial diferente da que tínhamos em 1987, mais diversificada e mais compatível com o novo paradigma tecnológico.

Teremos uma estrutura industrial mais diversificada — menos especializada em produtos já banalizados, mais compatível com o novo paradigma tecnológico e com os padrões de consumo de mercados exigentes. Teremos industriais mais eficientes no uso da energia e recorrendo crescentemente a tecnologias limpas em termos de ambiente em consonância com o grande desafio das sociedades industriais evoluídas, o qual é o promoverem um desenvolvimento industrial com preocupações de defesa do ambiente e não contra este, como aconteceu nas décadas de sessenta-setenta.

Estaremos, então, a caminhar no bom sentido, não para a desindustrialização mas para uma terciarização do emprego, isto é para o aumento do peso do sector terciário na estrutura do emprego.

Teremos empresas competindo em economia aberta, assumindo o conceito de qualidade total, inovadoras, inteligentes e dinâmicas assentes no talento dos seus empresários e na motivação e qualificação dos seus trabalhadores.

Como cidadão e como membro do Governo português, desejo a Portugal uma evolução deste tipo em consonância com o modelo de desenvolvimento dos países mais desenvolvidos. O Governo tem feito tudo o que está ao seu alcance para tal ser atingido. Mas este desafio compete também à sociedade civil, empresários e trabalhadores. Espero sinceramente que o consigamos. É este o sentido do meu trabalho e do Governo de que faço parte.